



UNIFASC
HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



RACISMO DE COR E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Raissa Ferreira Bispo¹
Marcos Pereira da Silva²

RESUMO: Pessoas escravizadas foram trazidos do continente africano desde o século XVI para o continente americano, inclusive o Brasil, tornando-se vítimas da desumanização e exploração de colonizadores brancos europeus. O objetivo geral deste trabalho é investigar os impactos do racismo de cor na saúde mental de estudantes afrodescendentes nas instituições de ensino superior no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica em plataformas *on-line* de instituições de ensino superior e de periódicos brasileiros triados via *Google Acadêmico*. A busca resultou em nove publicações (artigos de periódicos, dissertações de mestrado e monografias) disponibilizadas no meio eletrônico entre os anos de 2021 a 2024. As conclusões do artigo são de que a trajetória de pessoas negras para conseguirem uma formação de nível superior deixa marcas invisíveis e visíveis, pois o ambiente acadêmico pode se tornar um lugar de sofrimento, afetando a saúde mental, levando a quadros profundos de ansiedade, autocobrança, *Burnout*, depressão, dentre outros.

Palavras-chave: Ensino superior. Estudantes negros. Racismo. Saúde mental.

ABSTRACT: Enslaved people were brought from the African continent to the American continent, including Brazil, since the 16th century, becoming victims of dehumanization and exploitation by white European colonizers. The general objective of this work is to investigate the impacts of color-based racism on the mental health of Afro-descendant students in higher education institutions in Brazil. This is a bibliographic review on online platforms of higher education institutions and Brazilian journals screened via Google Scholar. The search resulted in nine publications (journal articles, master's dissertations, and monographs) made available online between 2021 and 2024. The article concludes that the trajectory of black people to obtain higher education leaves invisible and visible marks, as the academic environment can become a place of suffering, affecting mental health, leading to deep anxiety, self-demand, burnout, depression, among others.

Keywords: Higher education. Black students. Racism. Mental health.



UNIFASC
HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi o destino principal de milhões de africanos escravizados trazidos para o continente americano ao longo de aproximadamente quatro séculos. Esse processo histórico resultou em profundas desigualdades socioeconômicas que ainda hoje afetam a população negra no país e no mundo. Segundo Braga e Milani (2019), a desumanização e exploração dessas pessoas geraram cicatrizes sociais que se refletem em sua marginalização contínua, mesmo após a abolição da escravatura.

A marginalização da população negra, operada pela elite político-econômica no final do século XIX, perpetuou-se nas décadas seguintes por meio da discriminação racial. Como apontam Madeira e Gomes (2018), essa discriminação está diretamente ligada à cor da pele, estabelecendo relações de poder que mantêm os negros em desvantagem em vários setores da sociedade brasileira, incluindo o ensino superior.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, apesar de os autodeclarados pardos e pretos representarem 55,5% do total sociodemográfico no Brasil, apenas 16,4% desses indivíduos estão presentes no ensino superior (Guerra *et al.*, 2023). Essa discrepância reflete o racismo estrutural, que dificulta o acesso de negros a posições de destaque, inclusive na educação superior, perpetuando desigualdades socioeducacionais e impactando diretamente a saúde mental dessa população.

A escravidão deixou uma herança de racismo estrutural que afeta diversos aspectos da vida cotidiana da população negra. Santos *et al.* (2018) destacam que a exploração de homens e mulheres africanos foi sustentada por premissas falsas de superioridade racial, justificando a violência e a marginalização de seus descendentes. O racismo hoje é, ainda, uma das principais barreiras para o desenvolvimento pleno dessa população, especialmente no contexto universitário, onde as tensões socioeconômicas e raciais se agravam.

O ambiente universitário, além de ser um lócus de produção de conhecimento, também é um espaço que reproduz as exclusões sociais historicamente presentes fora de seus muros. Para estudantes afrodescendentes, essas exclusões se manifestam de maneira dolorosa, contribuindo para a percepção de isolamento, como argumenta Moreira (2021). Esse cenário



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



traz implicações profundas para a saúde mental dos estudantes negros, muitas vezes expressas em quadros de ansiedade, depressão e outros sofrimentos psicológicos.

Diante das persistentes desigualdades étnico-raciais, surge então a seguinte questão: como o racismo estrutural afeta a saúde mental de estudantes afrodescendentes no ensino superior brasileiro e de que forma a marginalização impacta o desempenho acadêmico e o bem-estar psicológico desses estudantes?

O objetivo geral do artigo consiste, por sua vez, objetivo geral investigar os impactos do racismo de cor na saúde mental de estudantes afrodescendentes nas instituições de ensino superior no Brasil. Os objetivos específicos são: analisar como o racismo estrutural se manifesta no ambiente universitário e afeta a experiência acadêmica de estudantes negros; explorar as consequências psicológicas do racismo para esses estudantes, incluindo ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento mental; avaliar a eficácia das políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, em mitigar os impactos do racismo na saúde mental dos estudantes afrodescendentes.

A elaboração desta pesquisa se justifica frente à reconhecida necessidade da realização de estudos contemplando a saúde mental de alunas e alunos universitários com relação à variável raça/cor, especialmente na realidade brasileira e mais especificamente em regiões em que há preponderância da população negra, apontando-se então as vulnerabilidades a que estão submetidos e, também, os danos potenciais à sua saúde mental, ademais quando se leva em conta o número reduzido de trabalhos que tratam dessa temática, embora a percepção de que estejam aumentando paulatinamente ao longo dos anos.

O estudo se justifica também diante da constatação de que, embora o crescente número de pesquisas sobre o impacto do racismo na educação, há uma lacuna significativa em estudos que tratem especificamente da saúde mental dos estudantes afrodescendentes. Este artigo busca, desse modo, preencher essa lacuna e contribuir para a formulação de políticas que promovam a equidade racial e o bem-estar desses estudantes.

2 METODOLOGIA



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



O trabalho classifica-se como um estudo qualitativo de caráter descritivo e desenho universal. A pesquisa qualitativa tem como uma de suas principais preocupações a dimensão da realidade que não pode ser quantificada, ou seja, efetiva-se com base em análises mais profundas que tratam do universo das aspirações, atitudes, crenças, motivações, significações e valores com correspondência a um *locus* de fenômenos, processos e relações percebidos pela operacionalidade de diferentes variáveis, mas “[...] segue com rigor de estudo a um plano previamente estabelecido, com hipóteses e variáveis definidas pelo estudioso. Ela visa enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa” (Proeti, 2018, p. 2).

No que diz respeito à técnica da coleta de dados para embasar as discussões no trabalho, adotou-se a pesquisa bibliográfica, pois ela possibilita ao pesquisador a realização de novas análises tendo como base produções acadêmico-científicas já produzidas e que contribuem, de acordo com Gil (2010), para um entendimento melhor da temática que está sendo estudada e, também, para o desenvolvimento de futuras investigações.

Tendo-se em vista então os conceitos de pesquisa qualitativa e bibliográfica em torno dos impactos do racismo estrutural sobre estudantes afrodescendentes no ensino superior, a busca e seleção de material bibliográfico teve início já no mês de janeiro de 2024 e se estendeu até o mês de julho de 2024 em plataformas *on-line* de instituições de ensino superior e de periódicos brasileiros triados via *Google Acadêmico*.

Dentre os portais *on-line* de instituições de ensino, foram acessados o da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Google acadêmico*, Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), bem como nos portais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Júlio de Mesquita (UNESP), Universidade de São Paulo (USP).

Acerca da base de dados *Google Acadêmico*, convém esclarecer que sua escolha se deve ao fato de ser um metabuscador que integra vários outros buscadores, merecendo destaque duas de suas principais características, ou seja, “suas funcionalidades como metabuscador e índice de citações. Como metabuscador, o *Google Acadêmico* reúne as informações disponíveis nas diversas bases de dados de texto completo em uma única interface de busca” (Mugnaini; Strehl, 2008, p. 99).

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



Levando-se em conta a pergunta que norteia a elaboração deste trabalho, definiu-se então as palavras chaves que foram utilizadas nas buscas *on-line*, a saber: “ensino superior”, “estudantes”, “população negra” e “racismo”, definindo-se critérios de inclusão e exclusão.

Quanto aos critérios de inclusão, abarcaram os artigos de periódicos, dissertações e teses quanto ao ano de publicação (2019 a 2024) e idioma (português). No que diz respeito aos critérios de exclusão, consistiram em material artigos, dissertações, monografias, livros e teses em língua estrangeira ou duplicados no portais de busca *on-line*.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil detém aspectos ou traços singulares em sua constituição enquanto nação a partir de diferentes dimensões (econômica, política e social, principalmente) desde a chegada do colonizador português no início do século XVI. Para Silva (2019), essas dimensões integram a totalidade sócio-histórica da formação da sociedade brasileira ao longo dos séculos e precisam ser analisadas conjuntamente para uma melhor compreensão de sua constituição sociodemográfica.

O processo de colonização brasileiro se insere, nesse contexto, como parte constitutiva da expansão ainda incipiente do capitalismo que, de acordo com Mazzeo (2015), foi um período marcado pela transição do sistema em que os valores de uso estavam em circulação para o de organização comercial fundado na produção de mercadorias, também chamado de mercantilismo. Em outras palavras, a fase colonial do Brasil fez parte do momento em que o dinheiro se transformava em capital, passando a ser então o principal elemento norteador de desenvolvimento da produção.

Vale lembrar que a Europa foi palco após o século XV de uma expansão marítima que, conforme Prado Júnior (1994), resultou na colonização do continente americano em razão da necessidade de conquistar novos mercados para a circulação de mercadorias. Foi nesse contexto de expansão que os portugueses aportaram na América e iniciaram um longo processo de acumulação do capital fundado na exploração das “novas” terras que passaram a dominar e explorar.

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



O início da escravidão no Brasil se deu na época colonial, tendo primeiramente como alvo os povos nativos, os indígenas, encontrados quando da chegada dos primeiros colonizadores portugueses. Almeida (2011) lembra que, diante das dificuldades de escravizá-los, o colonizador europeu decidiu pela importação de milhões de negros trazidos do continente africano em navios negreiros, sendo então vendidos para serem usados como trabalhadores nas zonas rurais urbanas.

Somando-se a essa conjuntura de aviltamento do africano escravizado e seus descendentes nos quase quatro séculos de escravização em terras brasileiras, surgiram teorias no século XIX que favoreceram à concepção de que homens e mulheres pardos ou pretos poderiam ser escravizados para que, segundo Venâncio e Takata (2014), prevalecesse a superioridade da “raça” branca, tida como “superior” em relação às demais. Essas teorias contribuíram, segundo os autores, para o aparecimento e fortalecimento de discursos pseudocientíficos em torno das diferenças entre os seres humanos que levaram a definições de papéis, hierarquizações e hostilidades com base em padrões étnico-raciais.

Torna-se útil pontuar, entretanto, que “raça” como noção sócio-histórica não detém nenhum componente biológico que justifique as diferenças humanas, sendo mais uma “[...] noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes” (Souza, 2021, p. 20). Por isso, torna-se mais razoável utilizá-la enquanto categoria de análise nas pesquisas sociais, posto que compõe uma realidade social que, continua a autora, tem um impacto efetivo ou real na vida de pessoas e de coletivo de pessoas.

Dentre as bases científicas para o que se convencionou chamar de “racismo científico”, estão algumas ideias e/ou teses iluministas aceitas com relativa facilidade entre acadêmicos e políticos no século XIX, principalmente quando se leva em conta que a palavra “pesquisa”, segundo Smith (2018), está diretamente ligada ao colonialismo e ao imperialismo europeu. O resultado disso culminou, segundo a autora, em pseudoconhecimentos fundamentados em práticas racistas que exaltavam o branqueamento e a eugenia de parte significativa das populações locais, levando inclusive à desvalorização e discriminação dos povos colonizados.

Cabe aqui a diferenciação entre “racismo” e outras categorias que são associadas, também, à ideia de raça, isto é, discriminação e preconceito. Santos (2012) esclarece que a



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



forma como se dá a manifestação social do racismo é a discriminação racial, ou seja, quaisquer tratamentos diferenciados, deliberados ou não, dispensado a uma pessoa devido à cor da sua pele ou “raça” que colocam em risco o exercício de seus direitos e suas liberdades básicas. Quanto à manifestação pessoal do racismo, o autor explica que se trata de preconceito racial por meio de atitudes, ideias e julgamentos pré-concebidos sobre grupos ou pessoas que tenham cor da pele e “raça” específicas.

A manifestação do racismo pode se dar por meio da discriminação direta, chamado de racismo individual ou interpessoal e comporta, segundo Santos *et al.* (2024), interações discriminatórias percebidas de forma direta entre as pessoas, tanto em espaços privados quanto públicos. Considerar o racismo tão somente pelo comportamento de outra pessoa é, contudo, desconsiderar o racismo institucional, ou seja, aquele em que corporações ou empresas adotam uma dinâmica em que se dispensa tratamento desigual, desvantagens e privilégios com base na “raça”, o que pode ser exemplificado com inúmeros casos dos agentes de segurança e às formas como tratam pessoas negras ou pardas em estabelecimentos comerciais, principalmente grandes redes de lojas de departamento.

Fica claro diante do exposto que as disparidades étnico-raciais existentes e persistentes atualmente no Brasil são resultantes, em larga medida, do que se convencionou chamar de racismo estrutural e seus fundamentos, de acordo com Maringoni (2011), estão enraizados no processo de colonização que operou, de forma continuada, o apagamento das contribuições de homens e mulheres trazidos do continente africano e escravizados, bem como dos indígenas enquanto povos originários. Para o autor, o Brasil pós-abolição estava inserido em um processo de implantação da dinâmica capitalista, o que transformou a oligarquia agrícola em uma burguesia próspera que engendrou, por sua vez, relações sociais novas no ainda incipiente mercado de trabalho e no funcionamento estatal.

Fernandes (2021) enfatiza que as condições de trabalho que se estabeleceram no contexto pós-abolição foram ajustadas, conseqüentemente, às normas das relações de produção em conformação à sociedade capitalista, a exploração do trabalho sendo um de seus principais atributos. Aos escravizados recém “libertados” tiveram duas opções: aderir ao sistema de produção que impunha as mesmas condições de antes ou, então, ficar à margem da sociedade, isto é, sem ocupação, o que agravava suas lutas para a simples subsistência.

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



Para conseguirem trabalho nas fábricas que já operavam com altos níveis de produção no período pós-abolição, a grande massa de recém-libertos e sem a preparação indispensável para serem absorvidos nos novos postos de trabalho, passou a concorrer com trabalhadores brancos, ou seja, enfrentavam uma concorrência desleal, sendo preteridos na maioria das vezes. Diante disso, Fernandes (2021) aponta que lhes restava tão somente aquelas ocupações marcadas pela descontinuidade e flutuação, todas mal remuneradas, geradoras sobretudo de mais marginalização.

O que a burguesia brasileira fez foi adotar o modelo burguês europeu que, conforme Silva, Maciel e França (2020), é condizente com a cartilha de pensadores liberais, com foco na “acumulação primitiva”, em que a riqueza se concentra nas mãos de poucos e, para se manter, expropria a massa trabalhadora, impondo hierarquizações sociais, muitas delas baseadas em preconceitos étnico-raciais. Esse fenômeno se mantém desde então e, segundo as autoras, favorece a divisão social do trabalho, que nada mais é do que uma exigência do capitalismo que controla, inclusive, o Estado.

Tratando também das questões relacionadas com a burguesia brasileira e sua formação, Gonzalez (2020) explica que suas hierarquizações têm o compromisso de garantir a “superioridade” dos brancos, o grupo dominante, sob uma massa de homens e mulheres segregada por conta de sua cor, independentemente de serem indígenas, mestiços ou pretos. Isso foi e continua sendo possibilitado, segundo a autora, porque as mudanças em termos de conflitos sociais e nas relações de poder se dão em razão da capacidade do Estado de manter estruturas socioeconômicas basilares e, também, de se adaptar às transformações sociais sem atingir, contudo, sua capacidade de garantir a estabilidade político-econômica e sua relativa unidade.

Merece destaque nesse contexto o que se conhece como movimento de construção da “identidade nacional brasileira”, que ganhou força e influência justamente no momento de transição entre o século XIX para o XX, cuja base, segundo Martins (2021), era a ideia de branqueamento e a ideologia de democracia racial. O ideal de branqueamento foi proposto, segundo a autora, pela elite juntamente com uma monarquia de origem europeia como solução para o que nomeavam como o “problema” racial brasileiro, o que tornava necessário o controle do alto número de negros no país.

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



Para a elite do final do século XIX, o “problema” racial seria resolvido com a redução gradual da população negra por meio da mestiçagem enquanto se investia massivamente na migração europeia. Gonçalves (2018) esclarece que a proposta do branqueamento estava assentada na crença de que a mestiçagem faria com que os descendentes de homens e mulheres de origem africana embranquecessem de forma progressiva. No tocante à migração europeia, a autora explica que consistiu em uma forma de negação de benefícios aos escravizados recém-libertos, privilegiando-se então os imigrantes brancos de outros países, cristalizando-se a ideologia do branqueamento na sociedade brasileira.

Torna-se então patente frente ao exposto que as desigualdades culturais, econômicas, educacionais, políticas e sociais que a população afrodescendente vivencia cotidianamente são resultantes de vários fenômenos e processos sócio-históricos, a escravização e o racismo principalmente. Santos *et al.* (2018) esclarecem que a população negra continua vítima de discriminação por raça (expressão normalmente usada como referência à cor da pele), estando submetida a relações de poder que mantém homens e mulheres, coletiva e individualmente, em injustificada desvantagem em, praticamente, toda a estrutura social, inclusive no âmbito da educação, trazendo reflexos à saúde mental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As buscas nas bases de dados reportaram poucos estudos que atenderam os critérios de inclusão e exclusão conforme delineado na seção destinada à explicação dos procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste artigo, confirmando-se o que já é apontado em alguns dos trabalhos que se debruçaram sobre o tema, isto é, de que há escassez de pesquisas tratando da saúde mental de estudantes negros no ensino superior, sendo que:

À primeira vista, parece ser uma temática interessante para direcionar estudos, não obstante, na prática, há uma enorme ausência de artigos sobre saúde mental na Educação Superior cujas variáveis incluem raça. Mesmo quando incluído, percebe-se que não existe foco ou aprofundamento na saúde mental dos estudantes de raça negra, principalmente visando investigar os impactos do racismo (Carvalho *et al.*, 2021, p. 9).

Embora a dificuldade em encontrar um número maior de trabalhos publicados nas bases de dados sobre a saúde mental de estudantes negros no ensino superior publicados a partir

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020

de 2019, foi possível selecionar ainda 14 estudos que atenderam de alguma forma os critérios de inclusão e exclusão. Tem-se no Quadro 1 a identificação dessas pesquisas quanto à autoria e ano de publicação, título e classificação ou tipo do trabalho (artigo, dissertação, monografia, livro ou tese).

Quadro 1: Descrição das publicações selecionadas para elaboração do ensaio teórico.

Autoria / Ano de publicação	Título	Tipo de publicação
França e Tostes (2021)	A trajetória de jovens negros e negras na universidade: desafios e possibilidades	Artigo de periódico
Santos (2022)	Raça e medicina: um olhar para a vivência de estuantes negros de medicina em uma instituição privada de ensino	Monografia
Silva (2022)	A saúde da população negra nos cursos de graduação em Enfermagem: caminhos para equidade e integralidade da atenção	Monografia
Ancilloti e Silva (2023)	Racismo e construção da carreira: estratégias de enfrentamento adotadas por universitários negros	Artigo de periódico
Ávila <i>et al.</i> (2024)	Trajatória acadêmico-profissional de enfermeiras negras de um hospital de ensino	Artigo de periódico
Chaves, Oliveira e Mota (2024)	Experiências de solidão acadêmicas negras jovens adultas vinculadas à Universidade do Extremo Sul do Brasil	Artigo de periódico
Fukutani e Sampaio (2024)	Afiliação dos estudantes negros e/ou de camada popular ao curso de medicina: uma revisão de literatura	Artigo de periódico
Guerra <i>et al.</i> (2024)	O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto	Artigo de periódico
Oliveira, Campos e Pereira (2024)	Revelando o invisível: as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários	Artigo de periódico

Fonte: Dados da pesquisa.

Como demonstrado no Quadro 1, foram selecionados nove estudos para compor essa revisão de literatura, observando-se também que não foram encontradas pesquisas que atendessem, mesmo que minimamente, os critérios de inclusão e exclusão para os anos de 2019

e 2020. Assim, os trabalhos que embasam essa discussão foram publicados entre os anos de 2021 a 2024, sendo que a maioria deles não trata especificamente das temáticas deste artigo, embora tangenciem em alguma medida esses temas e contribuem, certamente, para o alcance de seus objetivos e a resposta de sua questão norteadora.

A pesquisa de França e Tostes (2021) investiga a escolarização de jovens negros aprovados no sistema de reserva de vagas com critério racial em uma universidade pública, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), reconhecendo que, mesmo que o espaço universitário ofereça muitas oportunidades de pesquisa e de produção de conhecimento científico, é também um *locus* onde a desigualdade social e a questão socioeconômica de seu público-alvo influenciam trajetórias diferentes, notadamente para a população afrodescendente, marcada por processos discriminatórios, concluindo que:

[...] os/as estudantes trazem consigo uma trajetória marcada por desafios, que abrangem o enfrentamento das desigualdades raciais na sociedade brasileira, a condição socioeconômica das suas famílias e o racismo existente nas relações estabelecidas no contexto universitário [...]. Assim, as políticas afirmativas por meio da reserva de vagas com critério racial possibilitam, não só o acesso dos/as jovens negros/as no ensino superior, mas representam a possibilidade futura de mudança na sua condição de vida e de sua família, promovendo o enfrentamento do racismo e da desigualdade racial na sociedade brasileira (França; Tostes, 2021, p. 32).

O trabalho exploratório, qualitativo, primário e transversal de Santos (2022), cujo objetivo foi compreender como estudantes negros vivenciam os percursos formativos no curso de medicina em uma instituição privada, contou com a participação de nove estudantes autodeclarados negros do 5º ao 9º semestre, dos quais seis são pretos e três pardos, com idades variando entre 21 a 25 anos.

No estudo de Santos (2022) se tem delineado com clareza que ser negro em uma instituição de ensino particular, ademais em um curso de maioria branca e elitizada como o de medicina, é desafiador e tem repercussão direta na saúde mental desses estudantes que sofrem com ansiedade, autocobrança, depressão, estresse, bem como com a Síndrome de *Burnout*, o que tem repercussões significativas nas relações interpessoais e na forma como se autoavaliam. Dentre as principais conclusões, a autora enfatiza que:



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



[...] o maior desafio mesmo, é ser negro no Brasil, país que vive o mito da democracia racial e uma política de embranquecimento. Por isso é tão importante enxergar a vivência do indivíduo no meio acadêmico considerando sua integralidade, valorizando sua identificação racial, sua sexualidade e seu contexto sociocultural, já que todos esses fatores o atravessam e são determinantes nessa experiência de formação que, para essas pessoas, de uma maneira especial, é uma forma de visibilidade, de resistência e representa um potencial transformador social (Santos, 2022, p. 58).

Silva (2022) trata mais especificamente da saúde da população negra nos cursos de formação superior de enfermagem e analisa, para tanto, as grades curriculares desses cursos das principais universidades cariocas, tendo como questão norteadora de sua pesquisa o questionamento: universidades públicas do estado do Rio de Janeiro valorizam e incluem a temática de saúde da população negra nos currículos dos cursos de graduação em enfermagem? Dentre os resultados obtidos em sua pesquisa documental, a autora destaca que:

[...] todas as missões demonstram um comprometimento com o desenvolvimento da sociedade e com as demandas em saúde. As informações apresentadas nos projetos pedagógicos das graduações em enfermagem estudadas se relacionam com as DCN nacionais para a enfermagem. Todavia, vemos que algumas delas ainda carecem de atender a todos os critérios descritos nas diretrizes e nenhuma das instituições apresentam disciplinas especificamente voltadas à saúde da população negra (Silva, 2022, p. 5).

Dentre as principais conclusões do trabalho, Silva (2022) sublinha que a questão da saúde da população negra em cursos superiores, mais especificamente nos de graduação em Enfermagem, ainda é pouco abordada devido à sua desvalorização no meio acadêmico e outras áreas, o que foi possível demonstrar pela análise dos currículos dos cursos na pesquisa documental que realizou nas grades curriculares dos cursos de graduação em enfermagem das principais universidades públicas do estado do Rio de Janeiro.

Ancilloti e Silva (2023) discutem em seu trabalho, por sua vez, que o racismo se trata de um fenômeno que impacta significativamente a vida da população negra que, por conta de condições sócio-históricas bem específicas e já discutidas neste artigo, vivem em fragorante situação de marginalização em diferentes instâncias coletivas e individuais, afetando vários processos de suas vidas concretas, com destaque para o educacional, profissional e o da saúde. Diante disso, os autores enfatizam que são traçadas diferentes estratégias para enfrentar essa realidade vivenciada por milhões de homens e mulheres afrodescendentes, inclusive nos espaços universitários, privados ou públicos, esclarecendo também que:

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020

Nos últimos anos, houve um crescimento na produção científica da Psicologia acerca do racismo e das práticas associadas ao preconceito e à discriminação [...], de modo que é possível localizar estudos nacionais sobre a clínica psicológica [...], a subjetividade de jogadores de futebol [...], a saúde mental [...], a segurança [...], as vivências de universitários [...], entre outros (Ancilloti; Silva, 2023, p. 3).

Ávila *et al.* (2023) buscaram conhecer mais detalhadamente o percurso acadêmico-profissional de enfermeiras afrodescendentes por meio de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa realizada em um hospital-escola público. As autoras entrevistaram de forma *online* cinco enfermeiras autodeclaradas negras, idades entre 35 e 47 anos e tempo de formação variando de nove a 20 anos, sendo que:

As enfermeiras negras relataram dificuldades, principalmente, financeiras, que impactaram no acesso e na permanência no ensino superior durante a formação. Além disso, revelaram situações de racismo experienciadas no cotidiano, seja na forma estrutural, institucional e na forma de microagressões. Apesar disso, compreendem a importância de seu protagonismo para a luta antirracista (Ávila *et al.*, 2023, p. 1).

Dentre as principais conclusões do estudo, Ávila *et al.* (2023) enfatizam que, ao analisarem as trajetórias das cinco participantes da pesquisa, observaram que elas sofreram de forma perversa as consequências do racismo em suas várias formas de manifestação, o que teve reflexos consideráveis em sua saúde mental inclusive, destacando ainda que:

Além de sofrer com o racismo cotidiano, presente na rotina profissional, quando precisam constantemente provar sua competência e no comportamento de colegas, usuários e acompanhantes do serviço de saúde. Mesmo com a presença perversa do racismo, as enfermeiras negras resistem e deixam um legado de pertencimento e identidade tão importante para as futuras profissionais negras (Ávila *et al.*, 2023, p. 8).

A pesquisa de Chaves, Oliveira e Mota (2024) analisa a solidão que mulheres jovens negras vivenciam em seu cotidiano e formação acadêmica enquanto reflexo do racismo, revelando-se situações de exclusão, falta de representatividade e a necessidade frequente de validação de sua capacidade enquanto seres humanos, mulheres e estudantes universitárias. As conclusões das autoras são que há uma urgência de transformação dos espaços de instituições de ensino superior, acrescentando ainda que:

A representatividade se mostra crucial para oferecer apoio emocional e compreensão às suas experiências singulares. Mudanças estruturais são essenciais para desafiar estereótipos, eliminar a exclusão e criar um ambiente onde suas vozes sejam valorizadas. Assim, o estudo ressalta a necessidade de enfrentar o racismo estrutural e o sexismo nas instituições acadêmicas (Chaves; Oliveira; Mota, 2024, p. 200).

Ao pesquisarem sobre a temática da afiliação de estudantes negros ou de camada popular ao curso de medicina, Fukutani e Sampaio (2024) apresentaram revisão de literatura elaborada a partir de um levantamento bibliográfico em repositórios como BDTD, *Goggle Acadêmico* e SciELO, selecionando 20 estudos publicados. As análises que realizaram apontam que questões econômicas, raciais e econômicas estão presentes em toda a trajetória estudantil, da educação à básica ao ensino superior, percebendo-se comprometimentos em termos de saúde, inclusive saúde mental, que afetam a qualidade de vida até alcançar o grau acadêmico, persistindo após o término dos estudos.

Em estudo misto elaborado com base em questionários aplicados *on-line* para analisar consequências ou reflexos do racismo institucional em uma universidade pública, Guerra *et al.* (2024) avaliaram por análise bivariável, estatística descritiva e regressão logística multinomial as respostas de 125 respondentes autodeclarados negros. Do total dos respondentes, os autores apontam que 68 deles (54,4%) disseram ter sofrido racismo pelo menos uma vida no ambiente universitários em que estavam inseridos, indicando ainda que:

[...] as situações racistas vividas pelas pessoas negras dentro do ambiente universitário colocam em questão a autoconfiança e a motivação do estudante, afetando diretamente a sua saúde mental e seu desempenho no curso. Evidenciou-se a importância dos coletivos para acolhimento e fortalecimento do pertencimento dos estudantes (Guerra *et al.*, 2024, p. 1).

O trabalho de Oliveira, Campos e Pereira (2024) enfatiza a definição de discriminação racial como quaisquer distinções, exclusões, preferências e restrições cuja motivação maior seja cor, descendência ou etnia. O objetivo do estudo consistiu em caracterizar essas experiências vividas por estudantes universitários. A amostra da pesquisa foi composta de 751 estudantes universitários de cinco instituições de ensino superior, privadas e públicas, no estado do Ceará. Os dados foram coletados de forma *on-line* e presencial, concluindo que:



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



[...] a discriminação racial é uma realidade persistente enfrentada por estudantes universitários, em diversas esferas da sociedade, com implicações significativas para a saúde mental e o bem-estar destes [...]. Esses achados fornecem *insights* importantes para informar políticas e práticas destinadas a combaterem a discriminação racial e promoverem a equidade e a justiça social nas universidades e na sociedade em geral. Ao reconhecer e abordar as disparidades raciais existentes, pode-se trabalhar para criar ambiente mais justo e igualitário, em que todos os indivíduos tenham a oportunidade de prosperar e alcançar o pleno potencial acadêmico e pessoal (Oliveira; Campos; Pereira, 2024, p. 272-273).

Os estudos analisados e discutidos nesta seção deixam claro que ser negra ou negro em instituições de ensino superior, privadas ou públicas, têm repercussões significativas na saúde mental desses estudantes (ansiedade, autocobrança, *Burnout*, depressão, estresse, insegurança, dentre outros reflexos). Entretanto, o que se evidencia é que o maior desafio para estudantes afrodescendentes é serem negros na sociedade brasileira, onde se vive ainda o “mito” da democracia racial.

O que se torna incontornável frente ao exposto é a necessidade de se enxergar a vivência das com base em sua integralidade, valorizando-se as pessoas negras em quaisquer ambientes, mais especificamente no ambiente universitário que, embora seja o *locus* privilegiado de construção e difusão de conhecimentos científicos nas diferentes áreas do saber, reproduz ações e práticas de uma sociedade forjada no ideal do homem branco europeu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo explicita que a trajetória de pessoas negras para conseguirem uma formação de nível superior deixa marcas invisíveis e visíveis, demonstrando-se que o ambiente acadêmico pode se tornar um lugar de sofrimento, afetando a saúde física dos estudantes negros, inclusive a saúde mental, levando a quadros profundos de ansiedade, autocobrança, *Burnout*, depressão, estresse, insegurança, dentre outros.

A pesquisa baseada em levantamento bibliográfico aponta para a importância de aprofundamento dos estudos de psicologia social abarcando a rede social e suas relações, dando suporte para estudantes afrodescendentes. Torna-se fundamental ainda que sejam realizadas mais pesquisas explorando as temáticas trabalhadas neste trabalho que apresenta, certamente,

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



muitas limitações, algumas delas resultantes da existência de poucos estudos sobre os reflexos do racismo na saúde mental de jovens negras e negros.



UNIFASC
HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Alves. **Marcados pela desigualdade: o trabalho escravo na cana-de-açúcar no estado de São Paulo (1995-2010)**. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

ANCILLOTI, Caio Gracco Lima; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins. Racismo e construção da carreira: estratégias de enfrentamento adotadas por universitários negros. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-17, 2023.

ÁVILA, Renata Vieira; OLIVEIRA, Íria Ramos; FARIAS, Taís Alves; MOTA, Marina Soares; PORTO, Adrize Rutz; RIBEIRO, Juliane Portela. Trajetória acadêmico-profissional de enfermeiras negras de um hospital de ensino. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 13, p. 1-10, 2024.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino; MILANI, Carlos. R. S. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o *apartheid* e as narrativas da redemocratização. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 29, p. 7-44, 2019.

CARVALHO, Rainara Ferreira; SAMPAIO, Sócrates Sousa; SENA, Yasmin Silva; COSTA, Ilka Lorena de Oliveira Farias; REIS, Ana Paula Oliva; LIMA, Sérgio Beltrão de Andrade; PASTANA, Ilma Ferreira. Raça e saúde mental no ensino superior: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-14, 2021.

CHAVES, Vanessa Dutra; OLIVEIRA, Stefanie Griebeler; MOTA, Marina Soares. Experiências de solidão acadêmicas negras jovens adultas vinculadas à Universidade do Extremo Sul do Brasil. **Revista África e Africanidades**, v. 16, n. 49, p. 200-213, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo-SP: Editora Contracorrente, 2021.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; TOSTES, Adriele da Silva. A trajetória de jovens negros e negras na universidade: desafios e possibilidades. **Revista da ABPN**, v. 13, ed. Especial, p. 9-36, 2021.

FUKUTANI, Yzumi; SAMPAIO, Sônia. Afiliação dos estudantes negros e/ou de camada popular ao curso de medicina: uma revisão de literatura. **Revista Educação & Pesquisa**, v. 50, p. 1-17, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo-SP: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latinoamericano**. São Paulo-SP: Zahar, 2020.

GUERRA, Nathalia Ester Martins; STOFEL, Natália Sevilha; BORGES, Flávio Adriano; LUNA, Willian Fernandes; SALIM, Natália Rejane; SÁ, Bárbara Stefani Morais *et al.* O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. 1-10, 2023.

MADEIRA, Selma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades sociais e resistências negras no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, v. 70, p. 34-42, 2011.

MARTINS, Daniara Thomaz Fernandes. Da ideologia do branqueamento à branquitude. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 106-116, 2021.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2015.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Vidas negras importam na universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 37, p. 123-150, 2021.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior**: políticas da diversidade e organização política estudantil. 2019. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminenses, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; CAMPOS, Marcos Pires; PEREIRA, Paulo Jorge de Almeida. Revelando o invisível: as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários. **Revista Educação e Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 255-275, 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1994.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2018.

SANTOS, Alessandro de Oliveira. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cássia Maria (Orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos**: prevenção e promoção da saúde – da doença à cidadania. Curitiba-PR: Juruá Editora, 2012.



UNIFASC

HÁ 20 ANOS EDUCANDO E TRANSFORMANDO

RACE INTERDISCIPLINAR

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA

ISSN 2674-7154



SANTOS, Rosenverck Estrela. O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. **KWANISSA** – Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, v. 1, n. 1, p. 139-153, 2018.

SANTOS, Iris Beatriz Cana Brasil. **Raça e medicina**: um olhar para a vivência de estuantes negros de medicina em uma instituição privada de ensino. 2022. 76 f. Monografia (Graduação em Medicina) – Curso de Medicina, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, Bahia, 2022.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; BLACK, Taciana Lima de Paula; SILVA, Kalina Vanderlei; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. 1-23, 2024.

SILVA, Larissa Maria do Nascimento. **Desigualdade racial no Brasil**: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira. 2020. 98 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2020.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da; MACIEL, Valnise Verás; FRANÇA, Marlene Helena de Oliviera. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 256-265, 2020.

SILVA, Geovana de Almeida. **A saúde da população negra nos cursos de graduação em Enfermagem**: caminhos para equidade e integralidade da atenção. 2022. 38 f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2022.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2018.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2021.

VENÂNCIO, Tatiana; TAKATA, Roberto. Negar existência colabora com a perpetuação do racismo ao longo dos séculos. **Revista ComCiência**, n. 159, p. 1-5, 2014.

Av. Adelina Alves Vilela, 393

Bairro: Jardim Primavera – Itumbiara – GO

(64)3404-9020